

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC
ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ODAIR ONI MOREIRA DA ROCHA

DITADURA MILITAR:
REPRESSÃO POLÍTICA EM CAXIAS DO SUL (RS)

Joaçaba-SC

2009

ODAIR ONI MOREIRA DA ROCHA

DITADURA MILITAR:
REPRESSÃO POLÍTICA EM CAXIAS DO SUL (RS)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação, da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de Joaçaba, para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação da professora Dra Edna Garcia Maciel Fiod

Joaçaba - SC

2009

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus toda honra e toda glória, pois esse trabalho, dentro da sua simplicidade, é fruto da sua misericórdia.

Em segundo lugar à Coordenação do Programa de Mestrado da Unoesc, sobretudo na pessoa do professor Joviles Trevisol, pela paciência e compreensão que tiveram com a demora para o término desse trabalho. A vida nem sempre segue os caminhos que projetamos. Nossos planos iniciais não foram confirmados por Deus, o que significou grandes dificuldades para toda nossa vida familiar, mas, hoje, conseguimos entender porque o Senhor quis assim.

Agradeço à minha orientadora, professora Edna Garcia Maciel Fiod, que me acompanhou até aqui e só ela sabe o quanto isso lhe custou.

Sem esquecer a minha família: pais, esposa e filhas que durante esse longo período, aguardaram com a certeza que o objetivo seria alcançado; a eles também o meu muito obrigado.

RESUMO

Em março de 1964, a sociedade brasileira foi abalada por um golpe civil militar que permitiu a instalação de um governo ditatorial que durou até meados da década de 1980. Os militares, então no poder, aliados às elites e outras forças sociais, buscaram eliminar certos movimentos sociais que questionavam a ordem vigente. O pensamento crítico foi censurado, proibiu-se a circulação de literatura tida como subversiva, eliminou-se a liberdade de expressão, inclusive da imprensa falada e escrita. Intelectuais, professores, estudantes, líderes sindicais e políticos, dentre outros, foram perseguidos, presos, torturados e mortos pelos agentes da repressão política. Na cidade de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, muitas pessoas foram alvos de ações repressivas, ameaças e violências de todo tipo. Este trabalho buscou contar a história de vida de pessoas que foram alvos de perseguição política na cidade de Caxias do Sul. Dentre todos os entrevistados possíveis, oito foram acessíveis e demonstraram envolvimento real e significativo com o tema. Através da busca de suas memórias procurou-se verificar que tipo de sociedade eles almejavam? Como eles enfrentavam a falta de liberdade? E que análise eles fazem, hoje, daquelas lutas? O presente trabalho buscou também, por meio de entrevistas, verificar como a ditadura exercia seu poder sobre indivíduos considerados como ameaça social. Por meio de suas lembranças, foi possível compreender como eles foram atingidos em sua subjetividade. As entrevistas revelam muitos pontos comuns quanto aos sofrimentos e perseguições que predominaram nesse tempo. Os depoimentos serviram para evidenciar que a sociedade brasileira, ao contrário de uma crença difundida amplamente, foi e é marcada pela violência.

Palavras-chave: repressão política, história, perseguição.

ABSTRACT

ABSTRACT

In March 1964 the Brazilian society was shaken by a civil military coup which brought the installation of a dictatorial government that would last until the middle of the 1980's. The military authorities in charge, allied to the elite and other social forces aimed at eliminating certain social groups questioning the existing order. Critical thinking was banned. Circulation of literature considered subversive as well as freedom of speech – both written and spoken – were banned. Many intellectuals, teachers, students, union leaders and politics amongst others were persecuted, arrested, tortured and killed by agents of political repression. In the city of Caxias do Sul, State of Rio Grande do Sul many people suffered repressive actions, threats and violence of all kinds.

This paper aims at telling the story of the lives of people who suffered such political persecution in the city of Caxias do Sul. Eight out of all the people interviewed were willing to cooperate with significant information and involvement. By recollecting past events they tried to establish the kind of society they aimed at; how they faced lack of freedom; and how they analyze and value of those struggles these days. Through the interviews carried out this paper is also aimed at verifying how the dictatorial government exerted their power on individuals considered as a social threat. Through recollection of facts it was possible to understand how they were affected emotionally. Interviews also revealed many common points related to suffering and persecution during those times. Testimonials collected proved to be useful in making evident that the Brazilian society, as opposed to what is widely believed, was and still is marked by violence.

Key words: political repression, history, persecution.

LISTAS DAS SIGLAS UTILIZADAS

ALN-	Aliança Nacional Libertadora
AI-05-	Atos Institucional número Cinco
CEBs-	Comunidades Eclesiais de Base
CECA-	Centro de Evangelismo e Catequese
CIE-	Centro de Inteligência do Exército
CINEMAR-	Centro de Inteligência da Marinha
CISA-	Centro de Informação da Aeronáutica
COM-	Centro de Orientação Missionária
CNBB-	Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
CUT-	Central Única dos Trabalhadores
CTB-	Confederação dos Trabalhadores Brasileiros
DOIs-	Destacamentos de Operação e Informações.
DOPS-	Departamento de Ordem Política e Social
ESG-	Escola Superior de Guerra
EUA-	Estados Unidos da América do Norte
JAC-	Juventude Agrária Católica
JEC-	Juventude Estudantil Católica
JOC-	Juventude Operária Católica
IBAD-	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES-	Instituto de Pesquisa e estudos Sociais

IPMs-	Inquéritos Policiais Militares
MST-	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
PDC-	Partido Democrático Cristão
PIB-	Produto Interno Bruto
PO-	Pastoral Operária
PR-	Pastoral Rural
PSP-	Partido Social Progressista
PT-	Partido dos Trabalhadores
SNI-	Serviço Nacional de Informações
SOPS-	Serviço de Ordem Política e Social
VAR-	Vanguarda Armada Revolucionária
VAR-Palmares-	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares.
VPG-	Valor Ponderado de Grandeza
UCS-	Universidade de Caxias do Sul

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01- Número de denúncias de torturas por estado

QUADRO 02- Caracterização dos Torturados por sexo

QUADRO 03- Caracterização dos Torturados por Idade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 CAXIAS DO SUL- CARACTERÍSTICAS GERAIS	12
2.1 Aspectos Sociopolíticos.....	14
2.2 O Centro de Orientação de Missionário (COM) e o Centro de Evangelização e Catequização (COM).....	16
2.3 O sindicalismo em Caxias do Sul.....	19
2.4 Os perseguidos em Caxias do Sul.....	20
3 O CONTEXTO NACIONAL	23
3.1 A Crise do Pacto Populista.....	24
3.2 Estrutura do Sistema Repressivo.....	25
3.3 Os Anos de Chumbo.....	26
4 REPRESSÃO E PERSEGUIÇÕES EM CAXIAS DO SUL	27
4.1 Origem e Formação Política dos Entrevistados.....	29
4.2 O Envolvimento com Movimentos de Oposição.....	31
4.3 A Estrutura Repressiva em Caxias do Sul.....	36
4.4 Nos Dias Atuais.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar e escrever sobre a história de Caxias do Sul, quando o assunto não envolve a colonização italiana na região, não é tarefa simples, pois os escritores locais dedicam seus esforços, quase que exclusivamente, sobre tal tema. Eles destacam os costumes e as tradições dos colonos que vieram habitar na região, além de suas realizações econômicas na nova terra.

Outro momento histórico que tem recebido, nas últimas décadas, alguma atenção é o que se refere ao período sobre a política de nacionalização adotada pelo governo de Getúlio Vargas na década de 1930 (PAGANI, 2004; GIRON, 1994).

Quase não há estudos sobre a história de Caxias do Sul referente ao período em que prevaleceram no Brasil, os governos militares (1964-1985). Com exceção da tese de doutorado de Mincato (2004), que trata da criação e ação do COM (Centro de Orientação Missionária) e do CECA (Centro de Evangelização e Catequese), não foram localizados outros trabalhos significativos. Tais órgãos da Igreja Católica recebem destaque nesta pesquisa, devido à importância política que tiveram em Caxias do Sul, na década de 1970.

Este estudo buscou compreender a história não oficial, especificamente a história vivida por pessoas que foram perseguidas nas décadas de 1960 e 1970, em Caxias do Sul. Primeiramente a proposta de trabalho era focalizar essa pesquisa na Escola Estadual Henrique Emilio Meyer de Caxias do Sul, buscando neste ambiente escolar, testemunhos, documentos e fatos que pudessem confirmar a hipótese de que a repressão e a censura estavam ali presentes. Esta pesquisa não alcançou o objetivo inicialmente proposto, pois não foram detectados dados que viessem a justificá-la. Por esta razão, esta pesquisa foi reorientada e passou a ter como novo foco a repressão política ocorrida de modo geral na cidade de Caxias do Sul (RS).

Este trabalho foi desenvolvido com base na memória de algumas pessoas perseguidas pela ditadura. As lembranças apresentam informações e imagens que dificilmente outra forma de “registro” poderia revelar. As lembranças, embora eivadas de significados pessoais, refletem fatos sociais.

Neste sentido, o pesquisador, ao resgatar memórias, precisa agir como mediador, buscar os sentidos dos fatos trazidos à tona pelo entrevistado (SILVA, 2002). Ecléia Bosi (2003, p.49) afirma que *muito mais que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas*. Ainda, segundo afirma a pesquisadora, *a veracidade do narrador não nos preocupa: com certeza, seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências do que as omissões da história oficial* (BOSI, 1994, p.37).

Quando o estudo da história é utilizado para se chegar a uma compreensão maior da realidade de uma sociedade, os mais diversos tipos de fontes podem e devem ser utilizados. Com essa visão de história, as lembranças do passado não devem ser menosprezadas nesse tipo de pesquisa.

As lembranças apresentam informações e acontecimentos que escapam de certas formas de “registro” escrito. Surge daí sua importância como fonte de pesquisa social.

Neste estudo foram entrevistadas oito pessoas da cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, cujo objetivo principal era o de resgatar parte da chamada “*história não oficial*” dessa cidade. O critério de seleção adotado foi o da participação dos entrevistados em movimentos sociais que contestavam o regime militar. Entre esses, foi entrevistado um delegado da polícia civil, vinculado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre, na tentativa de desvelar como a repressão ocorreu em Caxias do Sul.

A perseguição política, ao contrário do que parece, não ocorreu apenas em cidades grandes. Caxias do Sul, apesar de ser, na década de 1960, uma cidade pequena, não ficou ao largo da repressão política e ideológica deflagrada pela ditadura militar. Em abril de 1964, foram presos 26 caxienses, acusados de estarem envolvidos em atividades subversivas (PAGANI, 2005).

Por conseguinte, o primeiro capítulo refere-se à história do município de Caxias do Sul, cenário em que ocorre a história dos entrevistados. O segundo, trata do contexto nacional, pois este não difere em sua essência política do cenário de Caxias do Sul, apesar de suas especificidades. Afinal, a repressão política foi geral neste país, durante a ditadura militar. No terceiro capítulo são apresentados e analisados dados das entrevistas realizadas com pessoas que ainda residem na cidade de Caxias do Sul.

Quanto ao procedimento metodológico, foi adotada a seguinte estratégia: após a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o período histórico que iria ser pesquisado, buscou-se, junto aos movimentos sociais e partidos políticos locais, encontrar indivíduos que, naquele período histórico, tivessem enfrentado algum tipo de repressão ou perseguição. De posse desses nomes foi realizada uma pré-entrevista, com o objetivo de verificar se o entrevistado tivera mesmo algum envolvimento significativo com o tema a ser estudado.

Após isso, buscou-se conhecer melhor a história dos que iam ser entrevistados, através de uma pesquisa bibliográfica e documental. De posse desse embasamento foi possível elaborar o roteiro da entrevista que serviu de instrumento básico para o trabalho.

Um dos objetivos da entrevista era detalhar o envolvimento dos entrevistados com o tema pesquisado, além de trazer de volta, em suas mentes, as lembranças daquele período.

Outro objetivo era levá-los a uma avaliação pessoal, tendo como referência a realidade social atual, comparando-a com a que almejavam, naquele período histórico.

No trabalho é contada a história de vida dos entrevistados, destacando alguns dos acontecimentos que foram mais significativos para eles, de acordo com a revelação das memórias.

2 CAXIAS DO SUL: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Apesar da fama atual, os colonos italianos que vieram para Caxias do Sul não sabiam produzir vinho. A maior parte deles veio da região do Vêneto, norte da Itália. Lá plantavam cereais ou dedicavam-se ao artesanato. Com a política de subsídios e de pesquisa empreendidas pelo governo gaúcho, parte da serra gaúcha se tornou produtora de bons vinhos. Na década de 1920, o governador Borges de Medeiros criou, em Caxias, o primeiro laboratório de videiras a céu aberto no Brasil. Hoje, naquele local, funciona a Universidade de Caxias do Sul. Técnicos franceses e italianos vieram da Europa repassar tecnologias para que os colonos pudessem transformar a cidade num pólo importante da viticultura.

Em 1923, Caxias contava com 19 empresas com capital superior a 150 contos de réis, enquanto que, na região circunvizinha, poucas empresas tinham capital superior a 19 contos de réis. Esse dado demonstra a importância que a cidade alcança, evidenciando o poder da força de trabalho de descendentes de imigrantes italianos e alemães, em sua maioria.

O acúmulo de capital e formação de uma massa de trabalhadores, vinda da Itália e da Alemanha, trouxe a necessidade de importar da Europa máquinas e tecnologia que aceleraram o crescimento da indústria em Caxias do Sul. Assim, a cidade passa a exportar produtos industrializados. O desenvolvimento capitalista é feito por meio da concentração de capital nas mãos de algumas famílias caxienses. Portanto, no início da década de 1930, já se percebe claramente uma divisão de classes sociais nessa cidade.

Na década de 1930, o centro urbano é pavimentado, a água e o esgoto são canalizados. Novas vias públicas são abertas, enquanto na periferia da cidade surgem os chamados bairros operários, os quais se desenvolvem sem qualquer planejamento e infraestrutura adequada.

Em 1931, por iniciativa de Joaquim Pedro Lisboa, acontece a primeira Festa da Uva. Tempos depois, tal festa se tornou uma espécie de feira e de vitrine de produtos produzidos em Caxias do Sul e região.

A partir de 1950, a cidade começa a receber grande quantidade de migrantes de outras cidades gaúchas, que chegam, principalmente, da região dos Campos de Cima da Serra. Essa população vem engrossar o contingente de trabalhadores necessários ao desenvolvimento da indústria em Caxias do Sul.

Antes disso, porém, já existia a Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, fundada em 1901. Tal entidade comunitária tem atuação importante junto à economia local e nos municípios vizinhos. Na época em que ela foi fundada, era considerada, depois do Conselho Municipal e da Intendência, o órgão local mais importante na colônia (MACHADO, 2001). A história da Associação dos Comerciantes de Caxias reflete a luta que os imigrantes italianos e seus descendentes tiveram que enfrentar para se integrarem no mercado regional e nacional.

A inauguração da estrada de ferro, em 1910, ligando Caxias a Porto Alegre trouxe grande incremento à produção e ao comércio local. Essa nova realidade aumentou a importância da Associação dos Comerciantes, pois, além de facilitar a chegada das mercadorias nos mercados consumidores e de diminuir o custo de transporte, era ela que intermediava o comércio local com o da capital.

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas tomou o poder apoiado pelos tenentes brasileiros, em meio à crise econômica mundial, e passou a estimular o desenvolvimento da indústria nacional, inclusive em Caxias do Sul. O aumento de produtos industriais caxienses e o fornecimento de matérias primas para as indústrias emergentes levam a cidade a ultrapassar sua capacidade produtiva. Desse modo, criou-se a necessidade de melhorar a infraestrutura da região como criação de mais energia elétrica, transporte e comunicação com outros mercados.

Na década de 1950, iniciou-se um processo de migração de habitantes da região dos campos da serra para a cidade de Caxias do Sul em busca de trabalho. O crescimento da população nessa região que vivia basicamente da pecuária criou um excedente populacional ou de desempregados que precisaram migrar para Caxias do Sul em busca de trabalho.

A cidade de Caxias do Sul, hoje, é o segundo pólo concentrador de empresas do setor metal-mecânico do país, perdendo apenas para a cidade de São Paulo. Responde por quase 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Rio Grande do Sul, segundo dados do Censo 2005. O PIB de Caxias do Sul, em 2005, chegou ao 34º maior de todo o Brasil. A indústria de Caxias do Sul tem uma produção bem diversificada, produz desde parafuso até ônibus e caminhões.

A população do município, em 2007, era de 399.038 habitantes, de acordo com Censo de 2007. A expectativa de vida no município, no ano de 2000, era de

74,11 anos. Os moradores da cidade, em quase sua totalidade, são atendidos por rede de água e esgoto.

A maior parte dos pobres de Caxias do Sul se concentra nas periferias da cidade e são migrantes que, nas últimas quatro décadas, vieram morar na cidade em busca de uma vida melhor, fugindo do desemprego no meio rural ou do de pequenas cidades.

A cidade, atualmente, se destaca no cenário nacional com o conglomerado Randon, que é, hoje, formado por cinco empresas, empregando quase cinco mil trabalhadores que produzem produtos para autopeças, veículos especiais e serviços. O grupo Randon é o sexto maior no estado do Rio Grande do Sul, segundo avaliação feita pelo método VPG (Valor Ponderado da Grandeza, que faz a correlação entre a receita bruta, o patrimônio e o lucro líquido da empresa), no ano de 2008. (1)

Outra empresa que merece destaque é a do grupo Marcopolo, que atua na fabricação de veículos para transporte de passageiros. Ela emprega mais de 10 mil funcionários. Possui duas fábricas em Caxias do Sul, uma no estado do Paraná, e outra, no Rio de Janeiro, além de mais três fábricas no exterior. Sua marca se faz presente em 103 diferentes países. A Marcopolo é a 12ª empresa do estado (VPG). (2)

2.1 Aspectos sociopolíticos.

Apesar do imenso desenvolvimento econômico, alguns momentos históricos marcaram conflitos em Caxias do Sul. Nos primeiros anos, as desavenças se deram entre maçons e clero. Entretanto, tais discussões terminam com o Tratado de Latrão, feito pelo Papa Pio XI e o Governo da Itália, em 1929, no governo de Mussolini. As terras da igreja tomadas pelos civis durante o processo de unificação da Itália foram indenizadas. Termina desse modo, o conflito, (GIRON, 1994).

(1) 18ª edição do ranking Grandes e Líderes 2008. Disponível em http://sortimentos.com/espaco/grandeslideres2008-riogrande_sul.htm acessado em 15 de Dezembro de 2008.

(2) Ibid

Representantes da igreja católica marcaram a vida social e política da cidade de Caxias do Sul. Sua influência se fez sentir desde o início da colonização, tal como destaca MINCATO, (2004, p.29) “afinal, a sociedade caxiense foi em parte fundada pela Igreja Católica”.

A classe dominante, ainda em 1964, era influenciada pela igreja católica por meio do Partido Democrático Cristão (PDC). Para Mincato (2004), a industrialização e a chegada de migrantes de outras regiões mudam a configuração social de Caxias do Sul e deslocam o poder da igreja católica. Diante da emergência de forças sociais populares e dos confrontos entre capital e trabalho, representantes da igreja católica são compelidos a se envolverem em outras esferas. Nesta época, os conflitos sociais atingem seu ápice, compelidos pela ascensão de movimentos revolucionários, de um lado, e de outro, por forças conservadoras que farão tudo para continuarem no poder.

Certas lideranças da Diocese de Caxias do Sul, na década de 1964, possuíam um posicionamento conservador e anticomunista, conforme carta divulgada pelo primeiro bispo da cidade, D. José Baréa, logo após o fim do Estado Novo, em 20 de julho de 1945 em correspondência a sua diocese:

As eleições já estão às portas, e o destino da nossa Pátria será decidido no pleito que se vai travar. A campanha que, principalmente os comunistas, em toda a parte e em particular nos centros mais populosos, estão fazendo para triunfar a causa de seus ideais, é extraordinária e assume proporções que não podem deixar de alarmar a quantos se interessam pela felicidade da Pátria e da Igreja. As perspectivas do futuro se nos apresentam cada vez mais sombrias, e, dentro de alguns meses, a nossa sorte estará decidida [...]. A todos incumbe de acudir a luta e de cooperar para o triunfo e a conservação das tradições Cristãs de nosso País, em eminente perigo de ser lançado num abismo de desgraças, do qual lhe será difícil, senão impossível, reerguer-se, depois que no mesmo se haja precipitado. Para a luta que se vai travar, cumpre que todo o católico empunhe a sua arma, e a arma de que deverá estar munido, é o título eleitoral, para no dia das eleições, dar o seu voto aos candidatos que nos garantam o respeito e a defesa dos direitos inalienáveis de Deus e da Igreja. Ordeno, por conseguinte, a V.Revma., ordeno, repito, que advirta os católicos de que não é permitido aderir ao comunismo [...]. Além disto, ordeno a todos os sacerdotes que façam compreender, por todos os meios possíveis aos fieis, também as senhoras e também aqueles que por ter passado da idade, a lei não obriga, mas lhes facilita o direito de voto, a urgente necessidade de se qualificarem e de votar nas eleições. Lembrem aos mesmos que, embora as disposições da lei eleitoral não os obrigue, há outras leis que os obriga: a lei divina lhes manda defender a causa da Igreja quando ameaçada, e a lei do amor à Pátria, quando em iminente perigo de males imensos. V. Revma. fale do púlpito a respeito desse dever indiscutível e ajude a todos [...]. Eis o que, Nomine Domine invocato, julguei do meu dever pastoral ordenar a todos os sacerdotes de minha Diocese, gravissime omniumonerataconscientia (3).

2.2 O Centro de Orientação Missionário (COM) e o Centro de Evangelização e Catequese (CECA)

Quando ocorre o golpe militar, em 1964, a cidade de Caxias do Sul possui uma população de 136 mil habitantes e conta com um parque industrial em ascensão. Não existiam, na cidade, muitas empresas de grande porte, mas as poucas que ali atuavam empregavam boa parte da força de trabalho local. Isso permitia aos empresários locais controlar os trabalhadores e seus sindicatos. A participação de operários em movimentos políticos podia representar um problema junto às empresas. É exemplar a história de Adão Nunes da Silva, que foi tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos em 1955. Segundo sua versão, muitas vezes ele era o único a não ganhar aumento salarial e foi demitido da maior empresa da cidade, devido à sua atuação sindical. Ele precisou mudar várias vezes de cidade e, finalmente, teve de se mudar para outro estado (Revista Comemorativa dos 70 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Caxias do Sul, 2003).

Em 1957 Bruno Segalla assumiu a presidência do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Caxias do Sul, onde se manteve até o golpe militar em 1964. Foi também deputado estadual em Porto Alegre, porém teve seu mandato cassado. Em 1963, dirigiu uma greve de cerca de oito mil metalúrgicos, praticamente 95% dos trabalhadores das empresas metalúrgicas, mecânicas e de materiais elétricos de Caxias do Sul, segundo a Revista Comemorativa dos 70 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Caxias do Sul. Mas após o golpe militar, a prisão de líderes e a repressão desarticularam a classe trabalhadora na cidade.

Após a imposição do Ato Institucional Número 05 em 1967 (Anexo C), que radicalizou a ditadura no Brasil, dando poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia diversas garantias constitucionais, a participação política da Igreja Católica em Caxias do Sul, se torna relevante, pois a maior parte das pessoas entrevistadas neste estudo, e que se envolveram na luta contra a ditadura social,

(3) http://www.diocesedecaxias.org.br/artigo_detalhes.php?cod_artigo=49#. Acessado em: 03 de Abril de 2009.

foram formadas por organismos criados no interior da igreja. Para entender como isso ocorreu é necessário compreender como e por que parte do clero passa a aderir à defesa das chamadas causas populares contra as forças da ditadura.

Mincato (2004) destaca que no II Congresso Internacional de Catequese e na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín na Colômbia, realizados em 1968, foram elaboradas diretrizes de ação para o clero latino-americano, seguindo a orientação do Concílio Vaticano II (1962-1965).

A evangelização, de acordo com tais orientações catequéticas, devia formar o homem integralmente, deixando-os cientes de seus direitos e deveres. As duas linhas básicas de ação da igreja e de certos grupos cristãos da América Latina ficaram definidas: *“opção pelos mais pobres”* e a *formação de “Comunidades Eclesiais de Bases, as CEBs”* (CAMARGO, apud MINCATO, 2004, p.53).

Com o golpe militar, organizações e movimentos ligados à Igreja Católica, que possuíam envolvimento popular, tiveram seus espaços reduzidos ou até foram eliminados. Todos esses movimentos faziam parte de um conjunto chamado “Ação Católica”, criada em 1935 pelo Cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra, na cidade do Rio de Janeiro e que se espalha por quase todo Brasil.

Para Mincato (2004, p. 60), a Ação Católica representava a inserção dos leigos da igreja em diversas áreas da sociedade:

[...] estudantil: através da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC); operário, a juventude Operária Católica (JOC); rural, a Juventude Agrária Católica. Os grupos da AC eram influenciados pelo nacionalismo, defendendo o anti-imperialismo e o socialismo [...] Da JUC nasceu a Ação popular (AP), uma das maiores organizações revolucionárias de esquerda da política brasileira [...].

Com o Ato Institucional no. 5 criado pelo governo militar em 1968, restringem-se a liberdade e a democracia no Brasil. Assim, certas forças políticas da igreja católica passam a ser questionadas. Em 1969, a Ação Católica foi extinta pela assembleia dos bispos brasileiros por orientação de Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre. Segundo Mincato (2004), em Caxias do Sul, as coisas ocorreram um pouco diferente, pois o apoio do Bispo da cidade aos movimentos populares ligados à atuação social da igreja católica, fez com que tais organizações continuassem ativas, embora com nomes diferentes. A JAC (Juventude Agrária Católica) transformou-se na Pastoral Rural (PR), e a JOC articulou e organizou a

Pastoral Operária (PO). Mas nas grandes cidades, a CNBB determinou o fechamento dos Institutos Superiores de Pastoral Catequética. Esses institutos foram criados com a finalidade de preparar catequistas dentro de valores propostos no Concílio Vaticano II que visava à formação de agentes pastorais para a catequese, além de orientarem professores de ensino religioso.

Mincato (2004, P.72) revela que, para as lideranças da diocese de Caxias do Sul, a cidade tinha, na metade da década de 1960, mais religiosos do que necessitava. Surge então um projeto de criação de um centro cuja finalidade era preparar sacerdotes destinados a trabalharem em regiões pobres. No Rio Grande do Sul, e em especial, nas áreas de colonização alemã e italiana, muitos religiosos foram enviados para outros estados, inclusive para o norte do Brasil. Com o objetivo de preparar esses novos missionários, foi criado o COM (Centro de Orientação Missionário), em Caxias do Sul, no ano de 1970.

Mincato (2004, P.73) afirma que o COM surgiu em Caxias do Sul devido à conjunção de alguns fatores: a vocação missionária da diocese, a iniciativa do Pe. Orestes João Stragliotto (que foi o seu grande mentor), e devido também ao apoio do Bispo Dom Benedito Zorzi. Segundo a autora, a diocese, face à repressão política, permitia encontros e reuniões clandestinas em órgãos como as CEBs.

Assim, no COM, não eram formados apenas missionários, mas era dada formação também para agentes pastorais leigos, jovens e sociólogos, que quisessem atuar na elaboração e distribuição de escritos políticos que foram posteriormente considerados subversivos pela censura dos agentes da ditadura.

O CECA (Centro de Evangelização e Catequese) foi fundado em Caxias do Sul, junto ao COM, com o objetivo de publicar materiais para a catequese cuja orientação era baseada numa evangelização libertária, na década de 1973 (MINCATO, 2004, p.84). Nessas tarefas, incluía-se a organização de reuniões e o fornecimento de recursos e assessoria para os trabalhos das CEBs. Além de reuniões, eram oferecidos diversos cursos que visavam preparar agentes que buscassem a transformação da sociedade (4).

(4) Para ler mais sobre os cursos oferecidos por esses dois órgãos examinar (MINCATO, 2004.p.-103).

Em 1981, o CECA desligou-se do COM e transformou-se numa entidade civil, sendo transferido para a cidade de São Leopoldo. Para Mincato (2004), o CECA foi mais importante que o COM devido à sua relação direta com os movimentos populares.

As mudanças no CECA ocorreram logo após a aposentadoria do Bispo Dom Benedito Zorzi, que foi substituído por um bispo que discordava dos objetivos da teologia da libertação. Essa teologia se desenvolveu primeiramente, em países latino-americanos e baseavam-se na opção pelos mais pobres e pela sua libertação.

Outro fator que merece destaque em relação a esses dois órgãos é a importância que eles tiveram na reestruturação dos movimentos populares (Mincato, 2004). Para a autora, dentre as ações dessas entidades destaca-se o apoio delas quanto ao surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) em 1984(5).

2.3 O movimento sindical em Caxias do Sul

Segundo Vargas [1995?], a primeira organização operária de cunho sindical que surgiu em Caxias do Sul foi criada pelos tanoeiros vindos de Portugal, para produzir pipas e barris na Vinícola Luiz Antunes, no ano de 1929. Vargas [1995?] ainda destaca que o sucesso da primeira greve reivindicatória feita em 1930, influenciou a organização de outras categorias. Em 1931, surge a Sociedade União Operária, que reuniu trabalhadores de diversos ramos da indústria local.

Com a Lei de Sindicalização em 1931, os sindicatos combativos são desestruturadas. Surgem sindicatos atrelados ao governo e que somente poderiam representar uma categoria profissional. Assim, a União Operária é dissolvida pela polícia. Além do governo, o movimento sindical era disputado pela igreja católica, por meio do Circulo Operário Caxiense.

Vargas [1995?] afirma que, em 1933, surgem em Caxias do Sul os sindicatos dos empregados da construção civil, dos metalúrgicos, dos tecelões e, em 1935, dos Bancários.

(5) Nossa História (MST) Disponível em www.mst.org.br/node/7702 Acesso em: 15 de Novembro de 2009.

Nos anos subseqüentes ao final do Estado Novo, o movimento sindical caxiense tem como destaque o Sindicato dos Metalúrgicos, devido à sua atuação na sociedade e junto às autoridades locais e empresariais, na luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora local.

O sindicato dos Metalúrgicos tinha, em sua liderança, indivíduos ligados ao Partido Comunista Brasileiro, como o advogado Percy de Vargas Abreu Lima, que chegou se eleger vereador e de Bruno Segalla, que, além de ser presidente desse sindicato, chegou à suplência da Assembléia Legislativa. Após o golpe militar de 1964, os dois tiveram seus mandatos cassados e Segalla foi, por diversas vezes, preso.

Os sindicatos, com a intervenção do governo, passaram a se dedicar às causas assistencialistas. A documentação histórica desses períodos foi destruída pela polícia (Vargas, [1995?]).

O sindicalismo combativo só reapareceu, em Caxias do Sul, no final da década de 1980, como ocorre no restante do país, com o início da abertura política.

Os sindicatos mais expressivos na cidade são hoje o dos metalúrgicos, que contam com uma base de 40 mil trabalhadores e 18 mil associados e o dos comerciários.

Na última eleição, os metalúrgicos elegeram dois membros do sindicato para a câmara dos Vereadores do Município, sendo que o vereador eleito com a maior votação do município é o seu presidente.

2.4 Os perseguidos políticos em Caxias do Sul

Segundo Graziotin (2007), na década de 1950, algumas pessoas na cidade de Caxias do Sul, já conheciam ideais socialistas e, desse modo, pregavam a necessidade da luta por uma sociedade justa. Na eleição de 1951, o Partido Social Progressista elegeu, para vereador, o Pastor da Igreja Metodista, Geraldo Daniel Stedile, que fazia críticas à igreja católica na Câmara dos Vereadores. Na eleição seguinte, a igreja católica entrou na disputa e conseguiu eleger quatro candidatos pelo PDC (Partido Democrático Cristão), enquanto o PSP (Partido Social Progressista) reelegeu Geraldo Daniel Stedile e elegeu, ainda, o metalúrgico Bruno Segalla. Nas eleições de 1959, o PDC conseguiu eleger quatro vereadores e o PSP

elegeu Percy Vargas de Abreu e Lima e os suplentes Bruno Segalla e Henrique Ordovás Filho.

Percy Vargas de Abreu e Lima era natural de Santana do Livramento e morava em Caxias do Sul, desde 1936; investia muito do seu tempo na questão educacional das classes pobres da cidade e, também, os defendia judicialmente, sem nada cobrar. Foi advogado do sindicato dos metalúrgicos. Na eleição de 1963, foi reeleito como vereador, mostrando o valor que parte da população via em sua vida pública.

Quando, em 1964, os militares tomaram o poder, a maior parte do clero católico da cidade apoiou essa ação. Assim, em abril de 1964, Percy Vargas foi cassado por unanimidade por seus colegas da câmara. Nesse momento, ele já havia sido preso pelo exército e sua saúde, que já não ia bem, devido a uma tuberculose, piorou. Em 1971, a Câmara dos vereadores reconheceu o erro cometido e lhe concedeu o título de cidadão caxiense (PAGANI, 2005).

Bruno Segalla foi metalúrgico e presidente do sindicato dos metalúrgicos de Caxias do Sul pela primeira vez em 1957, foi também eleito vereador no município. (Revista do Sindicato das Ind. Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, 2003).

Bruno Segalla foi o responsável por trazer o líder comunista Luiz Carlos Prestes a Caxias do Sul, em 15 de maio de 1961. A igreja católica dispensou os alunos de seus colégios e, junto com alguns políticos contrários às idéias socialistas, estimulou esses alunos a invadirem a sala de cinema onde Prestes iria falar. Numa luta que durou quatro horas, os estudantes e os sacerdotes enfrentaram os soldados da Brigada Militar. Prestes teve que sair do prédio pelos fundos para evitar maior confusão (Revista do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, 2003).

Bruno Segalla foi preso logo após o golpe militar junto com seus colegas de sindicato: o vice-presidente Armin Damian, o secretário Alcides Zatera, o tesoureiro e outros membros da diretoria, além do advogado Percy Alves, do médico Henrique Ordovás e do ex-sindicalista Júlio Pedro Furlan. Bruno ficou preso durante noventa dias (Revista do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, 2003).

O sindicato dos metalúrgicos foi, no dia nove de abril de 1964, invadido pelo interventor General Itacyr Rosa Cruz, que assumiu sua condução (Revista do

Sindicato das Ind. Metalúrgicas. Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, 2003).

3 O CONTEXTO NACIONAL

Durante o governo de João Goulart (1961-1964), os conflitos na sociedade brasileira se acirram. Parte do empresariado cria mecanismos com o objetivo de combater e defender seus interesses. Entre eles, destaca-se o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o qual defende a idéia de um golpe contra aquele governo. Tal órgão implementa intensa propaganda anticomunista por meio de cursos, seminários, conferências públicas e artigos enviados para jornais. Publica e distribui diversos livros, folhetos e panfletos de oposição ao governo.

A importância da ESG (Escola Superior de Guerra), do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) é destacada por Alves:

O complexo ESG/IPES/IBAD tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela ao planejamento de um novo estado. Muitas das propostas que tomaram corpo na ESG no final dos anos 50 e no início dos 60 seriam posteriormente incorporadas à legislação (ALVES, 1984, p.25).

A autora destaca que, talvez, a tarefa mais importante desempenhada por esses órgãos tenha sido a criação e a implantação, antes da tomada de poder, de uma rede de informações, que capacitaria o estabelecimento de um estado centralizado e ditatorial.

O teórico brasileiro mais importante na formulação da teoria de segurança Nacional e na formação da ESG no Brasil é, sem dúvida, o General Golbery do Couto e Silva. Antes da tomada do poder, esses órgãos têm informações sobre atividades de mais de 400 mil cidadãos, conforme Dreifuss (1981). Além disso, havia agentes infiltrados em áreas estratégicas da sociedade como sindicatos, meio estudantil e imprensa. Os recursos financeiros obtidos no combate à chamada subversão provinham tanto de corporações nacionais, quanto das internacionais. Assim, enquanto se prepara o golpe para a tomada do poder, desenvolve-se uma campanha intensa de desestabilização do governo de João Goulart. Ao general

Humberto Castelo Branco coube à direção do governo militar após o golpe que depõe o presidente João Goulart, em 1964.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento serviu de justificativa para a imposição de um sistema repressivo e de controle sobre a sociedade. Sob o pretexto de defender a nação contra certos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e organizações tidas como terroristas, pessoas e instituições são duramente perseguidas, presas e torturadas em nome da segurança nacional.

3.1 A crise do pacto populista

O movimento golpista de 1964 tem, além do elemento teórico já desenvolvido dentro da ESG, uma rede de informações espalhada por todo país, cujo objetivo era detectar a subversão em escolas, instituições sociais de qualquer natureza. Para tanto, são criados diversos atos institucionais para controlar e debelar oposição à ditadura. O Ato Institucional número 01 (Anexo B) foi publicado no Diário Oficial, em 09 de Abril de 1964. Tal ato evidencia a supremacia do Poder Executivo sobre todos os outros. Chama especial atenção o Artigo número 7º, que deu ao governo o poder para realizar uma “operação limpeza” dentro do quadro de funcionários tanto civis como militares, buscando afastar todos que não demonstravam apoio irrestrito ao golpe. O artigo 8º permitia ao governo “limpeza” no meio político, pois autorizava a cassação de mandatos legislativos nos três níveis (Federal, Estadual e Municipal) e a suspensão de direitos políticos de cidadãos por dez anos e, ainda, a instauração dos IPMs (Inquéritos Policiais Militares) para apurar crimes políticos.

Segundo dados do documento Brasil Nunca Mais (1985), publicado pela Arquidiocese de São Paulo, cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados, após serem taxados de simpatizantes de idéias socialistas; 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados ou direitos políticos suspensos por 10 anos, eliminando-se com isto boa parte da oposição política ao regime ditatorial. Além desses, 410 oficiais das Forças Armadas foram passados, compulsoriamente, para a reserva, devido à sua discordância com a chamada revolução de 1964. Além disso, cerca de 10 mil pessoas foram expurgadas dos sindicatos mais combativos e processadas.

Os coronéis ligados à “linha dura” utilizam os IPMs, para afastar seus adversários do centro do poder, ganhando assim maior espaço dentro do governo.

Segundo Alves (1984), a simples acusação num IPM, mas sem o devido processo, era suficiente para perseguições, que podiam incluir prisão e tortura. Há indícios que cerca de 50.000 pessoas foram presas em todo o país, nos primeiros meses após a tomada do poder, em 1964 (ALVES, 1984). Conhecida por “operação limpeza”, o governo militar persegue, prende, processa, tortura indivíduos como intelectuais, estudantes, líderes sindicais, militantes e todos os que se identificam de algum modo como simpatizantes ao movimento socialista.

3.2 Estrutura do sistema repressivo

A estrutura do sistema repressivo criado pelo Regime Militar envolve o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), um órgão essencial no combate às forças sociais que se opunham à ditadura. O SNI foi criado pelo Decreto nº 4341/64 (Anexo A).

O SNI centralizava informações sobre cidadãos e estava sob o controle direto do presidente militar no Brasil. Assim, a formação de pessoal para atuar no SNI era dada na Escola Superior de Guerra. Desse modo, além do SNI, havia os serviços secretos nas três forças militares, em uma parte da Polícia Federal, nas divisões de informações montadas em todos os ministérios, nas delegacias estaduais de Ordem Política e Social e, também, nos serviços de informação das polícias militares. Em 1982, havia mais de 6 mil pessoas envolvidas com a espionagem no Brasil (GASPARI, 2004).

Segundo Gaspari (2004), o SNI contava com apoio internacional de órgãos como a CIA. Já em 1964, seus agentes vigiavam os principais exilados brasileiros, que estavam no Uruguai. Também havia uma ligação com o MI5, da Grã-Bretanha, onde, no segundo semestre de 1964, oficiais brasileiros foram encarregados de realizar cooperação entre tal órgão com o SNI. Ainda, agentes do SNI precisavam freqüentar a Escola Nacional de Informação, cujo currículo era delineado com apoio técnico de profissionais ligados às áreas de segurança da Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos (GASPARI, 2004).

O SNI tornou-se o instrumento mais utilizado pela presidência quando o assunto precisava ser sigiloso. Até nas disputas políticas no congresso, o SNI era o responsável por fazer as negociações necessárias para que o governo fosse

vitorioso. Isso mostra, segundo Elio Gaspari (2004), a importância que o SNI teve junto ao governo militar.

O SNI também se envolveu em atividades que nada tinham a ver com o propósito de sua criação. Encobriu e realizou crimes, assassinatos e atentados a bombas, um meio de justificar ações violentas contra cidadãos brasileiros.

Além do SNI, foram criados outros centros de inteligência e informações ligados às forças militares: O CIE (Centro de Informação do Exército), o CISA (Centro de Informação da Aeronáutica) e o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha).

3.3 OS “Anos de Chumbo”

A partir de 1967, ocorre um aumento de oposição ao regime militar e certas organizações, chamadas de esquerda, tomam, em alguns casos, rumos violentos. Essa situação leva o governo militar a criar o Ato Institucional no. 5. (Anexo C). Assim, em 1968, surge, em São Paulo, a Operação Bandeirante (OBAN), organização destinada a combater a guerrilha urbana. No início da década de 1970, o combate à guerrilha se institucionalizou com a criação dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODIs). Esses órgãos eram dirigidos por comandantes do exército e, subordinados a eles, estavam os Destacamentos de Operações e Informações (DOIs), compostos por pessoas das três forças militares, cuja finalidade era a captura de indivíduos considerados subversivos.

Em São Paulo, a repressão foi radical. No início de 1970, na sede da Oban, foi mantido preso Virgílio Gomes da Silva, responsável pela condução do grupo tático armado da ALN (Aliança Libertadora Nacional), o “Jonas”, que acabou morrendo devido às torturas sofridas. (6)

(6) A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização revolucionária brasileira de tendência comunista que lutava contra a Ditadura Brasileira. O grupo surgiu no fim de 1967, com a saída de Carlos Marighella do Partido Comunista Brasileiro. Defendia a luta armada e a guerrilha como instrumento de ação política.

4 REPRESSÃO E PERSEGUIÇÕES EM CAXIAS DO SUL

Excluindo os líderes sindicais, presos logo após o golpe militar de 1964, não há indícios de que muitos cidadãos caxienses tenham sido presos por questões políticas. Porém dados do Projeto Brasil Nunca Mais (1985), disponível na internet, mostram que na cidade de Caxias do Sul, três pessoas foram presas durante o Regime Militar. Entretanto, as entrevistas realizadas mostraram que além dos dados citados, outras pessoas também foram presas.

Observando-se o quadro de número 01, que se encontra nos arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais, (1985, Tomo V, Vol III), verifica-se que ocorreram 6.016 denúncias de tortura no Brasil, durante o auge do regime militar. Dessas apenas, 2,02% (122 casos), ocorreram no estado do Rio Grande do Sul. Tais números quando comparados ao de outros estados, mostram que a ação repressiva parece ter sido inferior em terras gaúchas em relação à de outros estados brasileiros.

Quadro 01: Número de torturados por estado no Brasil-1964 a 1985.

Estado	No de denúncias	
	Total	%
Rio Grande Do Sul	122	2,02
Santa Catarina	2	0,03
Paraná	365	6,06
São Paulo	1370	22,77
Rio de Janeiro	1694	28,15
Minas Gerais	466	7,74
Mato Grosso do Sul	0	-
Mato Grosso	2	0,03
Goiás	20	0,33
Espírito Santo	50	0,83
Bahia	98	1,62
Sergipe	0	-
Alagoas	0	-
Pernambuco	237	3,93

Paraíba	22	0,36
Rio Grande do Norte	21	0,34
Ceará	313	5,20
Piauí	0	-
Maranhão	32	0,58
Amazonas	4	0,06
Rondônia	0	-
Distrito Federal	149	2,47
Pará	12	0,19
Acre	0	-
Roraima	0	-
Amapá	0	-
Não consta	1037	17,23
TOTAL	6016	

Fonte: Arquidiocese de São Paulo, 1985, Brasil Nunca Mais. Tomo. V. Vol. 1 p.95

Mas, a pesquisa feita em Caxias do Sul evidenciou falta de dados precisos sobre presos e torturados na cidade, sobretudo porque os presos foram levados para Porto Alegre. Além disso, os dados do Exército foram enviados para a capital federal. O ex-vereador de Porto Alegre, cassado e preso, Índio Brum Vargas, em seu livro “Guerra é Guerra, diz o torturador” (1981) afirma que conheceu em uma prisão de Porto Alegre, um jovem de 18 anos preso em Caxias do Sul. Tal jovem era integrante de um grupo de estudantes de Caxias do Sul que dirigiu a União Gaúcha dos Estudantes junto com o entrevistado “H”, que também esteve preso no mesmo presídio, na Ilha das Flores, no Rio Guaíba, em Porto Alegre, no início da década de 1970, segundo informação do entrevistado. Portanto, é de se supor que existe uma precariedade sobre a quantidade de presos políticos em Caxias do Sul, devido, sobretudo, à falta de informações oficiais, ainda hoje.

No entanto, importa perceber o alcance dos tentáculos repressores da ditadura militar. A violência estatal empregada sistematicamente não poupou qualquer forma de organização que se defrontasse com os ditames do capitalismo, quando este se vê ameaçado pelos sonhos de uma nova sociedade e quando este sentimento geral expressa forças sociais que se defrontam em toda a América Latina. Havia a crença de que a revolução era possível. Por conseguinte, esta

pesquisa mostra que a história, inclusive no Brasil, se faz em um campo de forças em luta. Neste sentido, reside a importância deste estudo.

A história dos entrevistados, nesta perspectiva, configura parte da história do Brasil, ainda que esta tenha sido renegada de diversos modos.

A fim de garantir o anonimato dos entrevistados, eles não foram identificados por seus nomes, mas por meio de letras.

Deve-se, de antemão, esclarecer que a maior parte das entrevistas foi feita no ambiente de trabalho dos entrevistados, sendo que uma delas precisou ser feita em minha residência, porque o entrevistado reside na zona rural. Para dar maior visibilidade aos conteúdos das entrevistas, eles foram sistematizados por temas, conforme itens a seguir.

4.1 Origem e formação política dos entrevistados

Apenas três dos entrevistados são naturais de Caxias do Sul, os demais ou vieram da zona rural, ou de outros lugares para estudar em Caxias do Sul, em escolas católicas. Apenas um deles seguiu o caminho inverso da maior parte dos entrevistados, pois saiu de Caxias para estudar num seminário em Vila Flores. Nenhum dos entrevistados era de família de classe econômica alta.

A importância da Cidade de Caxias do Sul já era grande no final da década de 1960. Nesse período era comum as famílias do interior enviarem seus filhos para estudarem na cidade, em busca de uma vida melhor, devido às dificuldades do mundo rural. Como as famílias possuíam formação católica, o envolvimento dos entrevistados nos movimentos sociais católicos foi, talvez, uma decorrência natural.

Os entrevistados pareciam contentes em lembrar as lutas do passado e as motivações que os levavam a lutar. Todos os entrevistados que se posicionaram contra o regime militar tiveram sua formação política dentro da Igreja Católica, menos os entrevistados D e H, que tiveram sua formação no movimento estudantil. Estes dois foram em 1967 eleitos, no Congresso Estadual, na cidade de Uruguaiana, como líderes de classe. O entrevistado H envolveu-se com movimentos estudantis católicos e tinha ligações com membros da luta armada e com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Toda a equipe do diretório estudantil de Caxias do Sul foi morar em Porto Alegre e, junto com estudantes do Instituto Júlio de Castilhos (maior escola do estado), organizavam passeatas e manifestações.

A formação de tais estudantes dentro de instituições católicas comprova a importância da oposição que a Diocese de Caxias do Sul tomou, a partir do momento em que a ditadura impõe restrição de certas formas de liberdade de expressão, em meio aos conflitos sociais.

Todos os entrevistados pertencem a famílias católicas, sendo que quatro deles estudaram em escolas ou seminários da igreja católica.

Analisando o quadro 02 e 03, percebe-se que idade e sexo dos entrevistados correspondem proporcionalmente à realidade das pessoas que foram vítimas de torturas no Brasil. Pois somente um dos entrevistados é do sexo feminino, e quase todos tinham idade de estudantes universitários no início da década de 1970.

Quadro 02- Caracterização dos torturados por sexo, no Brasil:

Sexo	Total de Torturados
Masculino	1.461
Feminino	382
TOTAL	1843

Fonte: Arquidiocese de São Paulo, 1985 Brasil Nunca Mais. Tomo. V. Vol. 1 p.65

Quadro 03- Caracterização dos Torturados por Faixa Etária, no Brasil:

IDADE	Total de Torturados
Até 18 anos	14
19 a 21	199
22 a 25	495
26 a 30	442
31 a 35	223
36 a 40	135
41 a 45	83
46 a 50	76
51 a 60	90
+ de 61	27
Não consta	59
TOTAL	1843

Fonte. Arquidiocese de São Paulo, 1985, Brasil Nunca Mais. Tomo. V. Vol. 1 p.65

4.2 O envolvimento com a oposição

A educação pode servir como um instrumento de apoio a um regime, mas a dialética presente na educação torna o ambiente educacional, um dos mais propensos a formar movimentos de contestação a esse regime. Por isso percebe-se que os entrevistados ao receberem suas formações, seja em escolas tradicionais, seminários católicos ou ainda nas universidades acabaram se envolvendo com idéias e movimentos que contrariavam o regime militares e sua forma de dirigir o país. Essa realidade levava com que o governo procurasse manter o controle do meio educacional, através de políticas controladoras e através da manutenção de informantes.

O entrevistado A, que se envolveu com a luta armada, teve formação política e escolar em um Seminário.

No seminário, nosso superior, Matias, era engajado em ideias contrárias às do governo; discutíamos ideias como reforma agrária e democracia e se defendia a ideia de que a opção mais viável contra a ditadura era a luta armada (5).

Outro importante centro de formação de líderes contra a ditadura foi o centro acadêmico da Universidade de Caxias do Sul. Nos cursos da área de humanas na Universidade de Caxias do Sul, havia pessoas que questionavam a falta de liberdade no país, apesar da existência de delatores enviados à escola pelo regime militar.

Tivemos um professor que após a aula, nas conversas de corredor, nos disse que era para termos cuidado nas perguntas que fazíamos em sala de aula, pois podíamos criar problemas para ele, conforme fosse sua resposta, pois havia pessoas nas salas de aula que eram informantes do governo. Lembra que eram dois por sala de aula (6).

Os três entrevistados que tiveram maior formação religiosa (A, F e G), acabaram se envolvendo na luta contra a ditadura, devido a questões sociais, horrorizados com a pobreza em Caxias do Sul. Como pode ser verificado nas palavras do entrevistado A.

(5) Entrevistado A. 2 de setembro de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha.

(6) Entrevistado C. 3 de dezembro de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha.

Quando fui chamado à casa de uma senhora, abandonada pelo marido, para levar uma benção, fiquei apavorado com a miséria e me senti impotente como religioso. Algo precisava ser feito a fim de mudar aquela situação (7)

Envolver-se no movimento armado era bem complicado, ambos os lados tinha pessoal infiltrado. Nós, que não éramos conhecidos das autoridades, tínhamos a função de buscar apoio humano e financeiro para o movimento, dando aos demais toda assistência e cobertura que precisassem. Sabíamos que, no momento em que nossos nomes fossem descobertos, teríamos que partir para a clandestinidade (8).

Os entrevistados que não possuíam formação religiosa entraram na luta por motivos ideológicos, como a defesa da igualdade social, garantia dos direitos civis a todos os cidadãos e pela democracia no Brasil.

O envolvimento dos entrevistados na luta contra a ditadura teve vários níveis de abrangência. O entrevistado A foi o único que se envolveu diretamente com a luta armada.

O entrevistado H operava como apoiador do movimento guerrilheiro:

Segundo depoimento de H, o assalto ao cofre do ex-governador Adhemar de Barros de São Paulo, conseguiu prover parte do financiamento das lutas, inclusive em Caxias do Sul. A situação fica insustentável após a tentativa de seqüestro do cônsul norte americano em Porto Alegre, no início de 1970. Tal ação empreendida pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) fracassou. Contudo, a prisão dos envolvidos e de diversos outros integrantes da VPR e da Var-Palmares, significou o início do desmantelamento desse tipo de organização. Além do entrevistado H, segundo ele, na entrevista, foram presos em Caxias do Sul, Airton Frigreri, Quaresma e os irmãos João e José Ruaro.

O entrevistado A, devido ao seu envolvimento com organizações clandestinas, teve de fugir para Porto Alegre. Lá permaneceu por pouco tempo, mas relatou dois momentos importantes: o primeiro, que foi um assalto mal sucedido numa cidade da grande Porto Alegre. Na fuga ele se perdeu, mas como era o motorista do grupo, conseguiu escapar da polícia, enquanto que seus companheiros foram presos. O segundo refere-se à prisão de Gustavo Buarque Schiller, que

(7) Entrevistado A. 2 de setembro de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha

pertencia a Var-Palmares e que foi o responsável pelas informações sobre um cofre, onde havia milhões em dólares, na casa de Adhemar de Barros que foi assaltado pelos guerrilheiros. Depois disso, tal organização foi sendo desmantelada pela polícia política.

O entrevistado A percebeu que a ação do governo acabaria com qualquer possibilidade de eles conseguirem êxito em seu movimento revolucionário.

Senti que acabamos ficando isolados e que a violência da guerrilha colocava em questão os seus objetivos, pois além da não estarmos nos aproximando do objetivo de construir uma resistência sólida ao regime, acabamos sendo identificados como marginais, pois vivíamos do crime. Por isso resolvi sair (9).

Assim, ele deixa a organização, apesar das ameaças de seus companheiros e foge para o Chile. Depois do golpe que derrubou o governo de Allende, ele é preso num barco abandonado, torturado e identificado por agentes brasileiros. Em 1974 vai morar na Holanda, onde residiu até 1996.

O entrevistado H foi levado para o DOPS em Porto Alegre, num sábado à noite, antes de um dia das mães, o que, segundo ele, foi sua sorte, pois o interrogatório só se iniciou no final do domingo. Assim, ele teve tempo de verificar com os demais presos o quanto eles sabiam do seu envolvimento com a guerrilha. O interrogatório iniciou-se com ameaças, e pediram para ele escrever sua história de vida, depois, ele foi brutalmente torturado, inclusive com choques elétricos.

A entrevistada B começou sua militância em movimentos sociais católicos anteriores ao golpe de 1964, mas seu envolvimento político ocorre devido à participação no movimento sindical em Caxias do Sul. Logo após o golpe militar de 1964, ela sentiu que a situação se complicara. Em uma viagem a Porto Alegre com um grupo de jovens católicos, percebeu que estavam sendo vigiados, ostensivamente, por três militares.

No entanto, ela não deixou o sindicato. Algumas vezes precisou fugir da polícia.

(8) Entrevistado H. 15 de fevereiro de 2009. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha

(9) Entrevistado A. 2 de setembro de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha

Varias vezes enfrentamos a polícia; numa greve tentaram me prender, mas eu fugi para casa dos padres com mais duas pessoas, ficamos um tempo por lá e depois voltamos para outra manifestação. Não fui presa, mas fui convocada a prestar depoimento na delegacia (10).

O entrevistado C lembra que, na Universidade, eles formavam grupos de cinco estudantes e cada um ficava responsável pela leitura de um livro, depois eles se reuniam para discutir o que leram.

Quanto ao controle feito pelos órgãos repressivos do governo no meio estudantil revela que:

Num ano eu concorri à presidência do diretório acadêmico da universidade. No final do dia, antes mesmo de o resultado ser divulgado, um policial que estudava na UCS, ligou para mim, no meu local de trabalho, para informar o resultado da eleição. O que me impressionou foi como ele sabia o meu telefone de trabalho, naquela época ter o telefone das pessoas não era tão fácil como hoje em dia (11).

O entrevistado C, além de se envolver em debates com outros acadêmicos em assuntos que buscavam o retorno da democracia no país, também chegou a ser secretário executivo do Centro de Evangelismo e Catequese (CECA). (Mincatto, 2004). Na entrevista, ele declarou que datilografava documentos proibidos pelo regime e que estes eram enviados para todo o Brasil e até para outros países da América Latina. Trabalhou no CECA na segunda metade da década de 1970. Nesse período, o movimento pelos direitos civis se torna mais forte no Brasil, comparado ao de outros países como o Uruguai e a Argentina.

Muitas pessoas fugiam do Uruguai e da Argentina devido à perseguição política, e nós íamos até a fronteira buscá-los. Como minha esposa é uruguaia, isso facilitava essa tarefa. Eles eram enviados para o centro do país, de onde partiam para outros lugares do mundo. Às vezes, eu mesmo tinha que fazer viagens com eles. Há alguns anos encontrei, na Espanha, uma senhora que havia sido liberada para passar o natal com sua filha recém-nascida e aproveitou para fugir para o Brasil (12).

O entrevistado C lembra que, por duas vezes, o CECA foi cercado pelo exército e que em uma delas estava ocorrendo um encontro de Bispos Católicos Progressistas. O Bispo Dom Benedito Zorzi, da Diocese de Caxias chegou a

(10) Entrevistado B.06 de agosto de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha

(11) Entrevistado C. 03 de outubro de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha

(12) Entrevistado C. 03 de outubro de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha

ameaçar o Comandante do Batalhão Local de excomunhão pública (13), isto fez com que o Comandante retirasse os soldados do local.

O entrevistado D enfrentou a repressão ainda quando era estudante. Trabalhava durante o dia na Metalúrgica Abramo Eberle e, de noite, estudava no Colégio Estadual Cristovão de Mendonça, única escola pública que oferecia o ensino médio. Foi presidente do Grêmio Estudantil da escola e lutava por melhores condições para o ensino público e pela reserva de vagas para os que precisavam estudar à noite. Quanto à sua atividade no grêmio estudantil relata:

No Cristovão, no início, nossa ação era só nas áreas recreativas e esportivas, mas, aos poucos, começamos a perceber as necessidades da escola e começamos a fazer exigências materiais ao governo. Se decidíamos parar, os 3 mil alunos não entravam em sala. Além disso, tinha uma rádio na cidade que abria espaço para nossas reivindicações, mas ela era fechada rapidamente (14).

Os estudantes tinham que tomar bastante cuidado com o que diziam e não podiam ficar reunidos em locais públicos, restrições próprias de regimes ditatoriais. Este entrevistado conta que foi detido diversas vezes, algumas vezes na delegacia, outras, no quartel do exército. Quando era preso, avisava algum companheiro para procurar um advogado para libertá-lo. Havia alguns advogados de confiança que estavam sempre prontos a ajudá-los. Por várias vezes, a polícia foi buscá-lo no seu trabalho. Assim, quando voltava para casa, tomava o cuidado de averiguar se não havia algum veículo suspeito esperando por ele para prendê-lo.

Esse entrevistado não chegou a sofrer violência física, mas constantes detenções e ameaças feitas na delegacia; ele era interrogado pelo delegado de forma violenta, com base em ameaças.

Segundo D, a presença do SNI na cidade era uma constante e destinava-se a vigiar de perto os trabalhadores e estudantes considerados suspeitos pelo regime militar.

(13) A excomunhão é a censura mais grave imposta a algum membro da Igreja católica, pelo qual o membro é excluído do vínculo jurídico-social com a igreja. Entrevista concedida pelo Cardeal Odilo Pedro Scherer. Fev. de 2009. Disponível em: <www.cléofas.com.br/virtual/texto.php?doc=ENTREVISTA&id=ent0083> Acesso em: 17 de Novembro de 2009. Acesso em: 17 de Novembro de 2009.

(14) Entrevistado D. 08 de novembro de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha

4.3 A estrutura repressiva no Brasil

Para compreender melhor o aparato repressivo do estado junto ao município de Caxias, na década 1960, foi feita uma entrevista com um antigo delegado (entrevistado D) da polícia civil. Segundo D, ele comandou o SOPS (Serviço de Ordem Política e Social), subordinado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre. Sua tarefa era supervisionar a ação dos sindicalistas e políticos da região, enviando informações para o DOPS, em Porto Alegre, além de efetuar as detenções de pessoas consideradas suspeitas e de enviá-las para o DOPS, se julgasse necessário ou se fosse solicitado por seus superiores.

Certa vez, fui orientado por Porto Alegre, para participar de um Congresso no CECA e observar o que eles estavam falando por lá. Não concordei com eles, pois não havia como eu estar lá e não ser reconhecido(14).

De acordo com o entrevistado F, os militares eram incansáveis na arte de espionar o CECA. Várias vezes eles tentaram intervir nesse Centro, como forma de ameaça às suas atividades. Não é por acaso que o Arcebispo de Porto Alegre enviou um Bispo auxiliar para Caxias, cujo único objetivo era dismantelar as atividades consideradas subversivas.

Segundo o delegado entrevistado, a estrutura repressiva destinava-se ao combate dos chamados “subversivos”. Uma parte dessa estrutura, o P1, foi um órgão ligado à polícia civil. Além desse, havia o P2, ligado à polícia militar e um terceiro, o P3, que funcionava junto ao exército. Todo o aparato repressivo de Caxias do Sul era coordenado pelo Dops de Porto Alegre, sob ordens do III Exército.

O entrevistado F cursou teologia e filosofia e, depois, veio trabalhar em Caxias do Sul, na década de 1970. Sua missão era reorganizar certos sindicatos e trabalhar com as associações de bairro da região sul da cidade.

A igreja era a única instituição que ainda possuía alguma liberdade de ação e esta liberdade era utilizada para acolher pessoas perseguidas pela repressão, com concordância do Bispo da época.

(14) Entrevistado D.20 de dezembro de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha

A casa pastoral era o esconderijo de pessoas procuradas pelos órgãos de repressão. Certa vez, alunos grevistas do Colégio Cristovão de Mendonça, tiveram que se refugiar ali para não serem presos. Também pessoas envolvidas nos sindicatos se refugiavam ali (15).

O entrevistado F lembra que, na igreja em que ele trabalhava, todas as missas eram acompanhadas por pessoas desconhecidas que anotavam ou gravavam tudo que era dito. Isso ocorria em todas as paróquias. Alguns padres chegaram a ser chamados para interrogatórios devido aos seus sermões.

O entrevistado G, que trabalhava no interior do município de Torres, litoral gaúcho, lembra que seu colega teve que ir a Porto Alegre para ser interrogado pelo exército por causa de um sermão em que ele contou sobre a morte de Carlos Marighela. Segundo G, a VAR-Palmares tinha uma presença importante na região de Caxias do Sul.

O trabalho do entrevistado G, no interior do município de Torres, era organizar comunidades de agricultores, que viviam em terras como posseiros. Assim, eram construídas pequenas capelas, que passavam a servir como salas de aula, livres do controle do poder político local. Chegou a organizar 14 comunidades. Os dirigentes dessas comunidades se transformavam, quase sempre, em lideranças locais. Antes, não havia forma de organização e a violência era a marca dessas comunidades.

Devido a esse tipo de atividade, o entrevistado G foi acusado de comunista. Também foi acusado de ter viajado para Cuba e para URSS com financiamento da Diocese de Caxias do Sul. Projeto Brasil Nunca Mais (1985. Tomo III, Vol. 01).

Desse modo, G é levado à cidade de Torres para interrogatório. Teve seus livros apreendidos, pois estes foram considerados “subversivos”. Depois de um mês, recebeu uma convocação para comparecer na capital gaúcha para prestar informações ao exército. Mas sabia que seus maiores inimigos não usavam fardas e, sim, batinas.

Na casa dos padres em Porto Alegre, alguns colegas me perguntaram se eu não tinha medo dos militares. Eu afirmei que, dos militares, eu não tinha medo, mas deles, padres, eu tinha. No quartel, tive a confirmação de que estava ali, porque alguns colegas haviam me denunciado como comunista e subversivo (16).

(15) Entrevistado F. 12 de dezembro de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha

(16) Entrevistado G. 07 de dezembro de 2008. Entrevista cedida a Odair Oni Moreira da Rocha

Como pode ser inferido, a propaganda política e ideológica se torna muito mais eficiente em um meio violento. Em nome de uma abstrata e tendenciosa liberdade, civis e pessoas do clero tornam-se delatores, à semelhança dos homens da polícia. Tal fato revela a eficácia do regime ditatorial. A perda da consciência crítica do social, talvez seja um dos maiores feitos que a ditadura deixou como herança.

4.4 Nos dias atuais

Os entrevistados depois da década de 1960, deram outros rumos às suas vidas. Perdida a esperança de construção de uma nova sociedade, eles se dedicam, atualmente, às suas profissões, sobretudo os que possuem maior escolaridade.

Os entrevistados falam do sofrimento de companheiros com as torturas, mas relutam em falar do seu próprio sofrimento

Pode-se perceber que as experiências vividas nas lutas tiveram significados diferentes para cada um deles. O entrevistado A, por exemplo, devido aos sofrimentos do passado, à necessidade de ter de deixar o país e à violência por parte da polícia, sente-se desiludido no presente. Apesar disso, continua na luta pelos pobres, mas sem os sonhos de um mundo novo.

O entrevistado B enfrenta suas lembranças de maneira menos emotiva, apresenta o que viveu naquele período. Isso tem ligação, certamente, com o seu temperamento e com sua posição profissional, pois nunca chegou a formar uma família e, hoje, trabalha em um escritório de uma deputada estadual da região. A luta política tomou o lugar da luta social, travada no tempo da ditadura.

Para o entrevistado C, as experiências do passado foram importantes em sua formação, contudo, afastou-se delas.

O entrevistado D, que lutou nos primeiros anos do regime militar e que teve de fugir do país, atua no presente em questões sociais, mas não em atividades que tragam perigos políticos.

O entrevistado E, que pertencia à polícia na década de 1960, mostra-se reservado quanto aos assuntos daquele período. Como observa Bosi (2003): *ser inexato não invalida o testemunho, diferentemente da mentira, muitas vezes exata e detalhista.*

Os entrevistados B, C, D e E demonstram estarem adaptados à vida atual. Os entrevistados A e G afirmam que não estão satisfeitos com a situação social presente, mas se sentem limitados para lutarem por mudanças, embora o entrevistado A esteja engajado no movimento dos sem teto, em Caxias do Sul. O entrevistado F tem uma visão crítica sobre a vida. Luta, ainda, em busca de uma sociedade melhor apoiando o Movimento dos desempregados de Caxias do Sul.

O entrevistado G não culpa os militares por suas ações. Porém, não se pode esquecer que, como destaca Bosi (2003), *a obediência já causou muito mais desgraças nesse mundo do que a desobediência*.

O entrevistado A trabalhou na administração pública municipal, onde fez alguns inimigos no meio empresarial. Este fato acarretou-lhe problemas econômicos graves. Ele vive, hoje, no interior do município e sente-se um exilado em sua própria terra.

A entrevistada B permaneceu na luta sindical e, hoje, trabalha num comitê eleitoral de uma deputada estadual do Partido dos Trabalhadores, em Caxias do Sul.

O entrevistado C, com a abertura democrática no Brasil, entrou num partido comunista da cidade.

O entrevistado D sentiu-se marcado por ser constantemente detido e por faltar muito ao trabalho para participar de encontros de estudantes. Chegou à conclusão que, profissionalmente, não tinha futuro na cidade e foi para os EUA. Depois de seis anos naquele país, resolveu voltar. Hoje é um empresário na cidade e continua ajudando os pobres de Caxias do Sul. Atualmente, é o presidente de uma associação de deficientes visuais e auditivos.

O entrevistado E, hoje, é policial aposentado, mora no centro da cidade e continua com a mesma visão que tinha na época do regime militar. Reconhece os exageros de ambos os lados.

O entrevistado F continuou na luta em movimentos sociais apoiando o movimento operário da cidade. Nesse movimento ajudava na estratégia de ação e de socorro a integrantes que corriam o risco de serem presos. Foi candidato a prefeito da cidade, depois foi eleito deputado estadual, trabalhou como assessor no governo federal e, agora, voltou para sua vida sacerdotal, apoiando uma comunidade pobre na zona norte da cidade.

O entrevistado G, após processo judicial, permaneceu mais alguns anos na região, dando continuidade ao seu trabalho religioso e social. Passou alguns anos

numa comunidade pobre na cidade de São Paulo e, hoje, está aposentado, vivendo numa casa da Diocese de Caxias do Sul. Vive e revive suas experiências com muita alegria, mas o que ainda o entristece é perceber que as atitudes conservadoras de alguns religiosos do passado ainda são comuns nos nossos dias.

O entrevistado H, após 60 dias presos na década de 1960, voltou para Caxias do Sul, encontrou dificuldades para conseguir trabalho, mas, com apoio de um antigo professor, conseguiu emprego em uma grande empresa da cidade. Voltou a estudar, fez engenharia na Universidade de Caxias do Sul, se envolveu no Diretório Acadêmico e depois com o Sindicato Metalúrgico da cidade. Durante o primeiro ano, todo o mês, tinha que se apresentar no Quartel do Exército para dizer o que estava fazendo na cidade. Em 1974, foi a julgamento e não foi condenado por crime político, porém, até final da década de 1970, foi vigiado por pessoas do DOPS de Porto Alegre, que vinham, regularmente, buscar informações sobre suas atividades. Hoje, ele trabalha como engenheiro em uma empresa metalúrgica de Caxias do Sul e está envolvido em causas ambientalistas na região. Durante o governo de Olívio Dutra do PT no Estado do Rio Grande do Sul, solicitou à Secretaria de Inteligência da Presidência da República todos os dados que o Governo tinha em relação a sua vida. Recebeu dessa secretaria, dados que vinham do antigo SNI, e que relatavam todo sua atuação política e sindical até a ano de 1987, mas crê que eles devam possuir informações mais atuais sobre sua vida, mas que o órgão responsável, sabedor de que isso caracterize um crime depois da nova Constituição, não trazem isso a público. Esse entrevistado possuía também a ficha de um ex-vereador de Caxias do Sul, que foi preso em 1964, pois era filiado ao PCB. Nela consta dados que se iniciam em 1945 e chegam até 1987, ano em que veio a falecer.

Tais depoimentos evidenciam que os militares brasileiros aliados à classe capitalista no país, foram os vitoriosos na contra-revolução de 1964. Entretanto, isso não significa o fim da história. O recuo político, sindical e de certos movimentos sociais somente pôde ser obtido por meio de uma violência jamais vista no Brasil. Contudo, predominam contradições insolúveis nesta forma de vida social. No campo da história não há um ponto certo de chegada, mas possibilidades, uma vez que vida é movimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa dá indícios sobre a importância da educação na formação de indivíduos que buscam a construção de uma sociedade mais justa e democrática, pois os entrevistados, graças à formação que tiveram, foram auxiliares na luta pela democratização do Brasil. Além disso, todos os entrevistados se tornaram indivíduos importantes e hoje, ocupam posições de destaque na sociedade local.

Caxias do Sul, ao contrário do que parece, não produziu somente vinho e festas da uva. Seu passado revelou, por meio das entrevistas feitas, que essa cidade foi marcada pela violência histórica. Apesar disso, predomina a história oficial, que a apresenta como cidade pacata de gente muito trabalhadora, porquanto descendentes de imigrantes italianos e alemães.

Portanto, a preocupação em resgatar memórias é inestimável, quando se trata de ver a sociedade tal como ela é. Certamente, este estudo, que não se esgota neste trabalho, teve por objetivo resgatar, em parte, a história de Caxias do Sul. Nisso reside, precisamente, o valor desta investigação.

Pode-se constatar que o aparato repressivo, criado pelo regime militar, esteve presente em qualquer lugar onde havia movimentos destinados a dar um novo rumo à sociedade brasileira. Nem mesmo os padres foram poupados, quando defendiam sua escolha pelos pobres. Tais perseguições mostram uma luta de classes sem trégua, ainda nos dias atuais.

Não é por acaso que a repressão se fez presente em Caxias do Sul. Como pode ser entendido, o controle do estado não foi uma exceção, mas condição geral, que envolveu o país com um todo.

Uma vez estruturada a polícia política, os militares puderam utilizar quaisquer meios para impedir questionamentos sociais. Os casos de prisões, de vigilância ostensiva e de repressão em Caxias do Sul, são exemplares desse processo, um fruto da ditadura que não comporta alternativas.

A ação do DOPS, os interrogatórios e tantos outros meios aterrorizantes serviram para impedir o pensamento crítico; esta, talvez, seja uma das conquistas mais duradouras do regime militar brasileiro, cujos reflexos encontram-se espalhados pela sociedade brasileira.

Ainda, a ação do Batalhão do Exército, na cidade, significou a imposição ou o controle sem limites das liberdades individuais e coletivas, um modo de estancar as lutas por uma sociedade justa.

A tortura física, verbal e psicológica empregada, sistematicamente, por mais de duas décadas, deixou profundas marcas na sociedade caxiense, embora tal história tenha sido ocultada.

A mudança de postura de boa parte do clero da igreja católica foi uma decorrência do AI-5 e da radicalização do regime militar. A política do regime impossibilitava uma ação social efetiva por parte da igreja, o que gerou uma posição de contestação dentro da igreja.

A criação do CECA (Centro de Evangelização e Catequese) em Caxias do Sul, junto com o COM (Centro de Orientação Missionária), configuram, em parte, a necessidade histórica de luta contra a repressão aplicada pelos governos militares. Tais centros serviram como locais de formação de lideranças, que passaram a lutar contra os ditames da ditadura.

A igreja tornou-se um local de refúgio para as pessoas que eram perseguidas ou que corriam risco de prisão. Além disso, também buscava ajudar pessoas de países vizinhos que estavam enfrentando problemas com os governos ditatoriais, ajudando-os a escapar para outros países.

Foi devido ao caráter interiorano de Caxias do Sul que tais centros puderam sobreviver por algum tempo, até serem descobertos por agentes da segurança nacional. Quando os órgãos de repressão detectaram tais atividades, indivíduos da cidade e da igreja católica passaram a ser monitorados pela polícia local e pelo exército. O policiamento ocorria nas paróquias, inclusive nas salas de aula da universidade local.

Desse modo, os centros de formação foram fechados pelos bispos auxiliares de Porto Alegre e Passo Fundo, um dos sustentáculos da repressão dentro da própria comunidade católica.

Por fim, pode-se concluir que a pesquisa feita confirmou o que certos estudiosos afirmam sobre a memória como uma construção social.

Convém lembrar que nos estudos de Maurice Halbwachs, a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é parte, modelada pela família e pelos grupos sociais [...] (SILVA, 2002, p.427)

A cidade de Caxias do Sul, nesta perspectiva, reflete a realidade social do país. À semelhança de muitas outras, foi palco de muitas batalhas, cujos personagens sociais configuraram a luta entre o velho e o novo.

REFERÊNCIAS

ACERVO CONTRA A DITADURA. Disponível em http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm. Acesso: em 20 de Junho de 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. ***Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)***. Petrópolis, Vozes 1984.350 p.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. ***Projeto Brasil Nunca Mais***. São Paulo/Petrópolis: Vozes. 1985. Tomos III e V. Disponível em <<http://www.armazemmemoria.com.br/Centros.aspx?id=2>>. Acesso em: 07 de Novembro de 2008 e 11 de Dezembro de 2008.

BOSI, Ecléia. *O tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo, Ataliê Editorial, 2003.219 p.

_____. ***Memória e Sociedade: lembranças de velhos***. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.484p.

EDITORA CLÉOFAS. ***Excomunhão e Reintegração na Igreja***. Disponível em: <www.cléofas.com.br/virtual/texto.php?doc=ENTREVISTA&id=ent0083> Acesso em: 17 de Novembro de 2009.

DREIFUSS, Rene Armand, **1964, A Conquista do Estado**, 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1981.814p.

FICO Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. ***Revista Brasileira de História***, São Paulo, v. 24, n. 47, p.28-60. Maio/2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf?> Acesso em: 15 de Agosto de 2008.

FON, Antonio Carlos. ***Tortura, História da repressão Política no Brasil***. São Paulo, Global Editora e Distribuidora, 1979.79 p.

GASPARI, Elio. ***A Ditadura Escancarada***. 1ª ed. São Paulo, Ed. SCHWARCZ Ltda., 2002.507 p.

_____. ***A Ditadura Encurralada***. 1ª ed. São Paulo, Ed. SCHWARCZ Ltda., 2004. 525 p.

_____. ***A Ditadura Envergonhada***. 1ª ed. São Paulo, Ed. SCHWARCZ Ltda., 2004. 417p.

_____. ***A Ditadura Derrotada***; 1ª ed. São Paulo, Ed. SCHWARCZ Ltda, 2004.538 p.

GIRON, Loraine Slomp, *As Sombras do Litório: O fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Parlenda,1994.175p.

GRAZZIOTI, Roque. *A História da Diocese de Caxias do Sul*. Disponível em <www.diocesedecaxias.org.br/artigo_detalhes.php?cod_artigo=49#>: Acesso em 19 de outubro de 2008.

JUSBRASIL. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128650/lei-4341-64>. Acesso em : 20 de Junho de 2008

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma Cidade. História de Caxias do Sul-1878/1950*. Caxias do Sul, Maneco Livraria e Editora, 2001.329 p.

MINCATTO, Ramone. *A Igreja Católica na Formação de Caxias do Sul de 1964 a 1985*.2004. Tese de Doutorado em Ciência Política. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

NOSSA HISTÓRIA. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.fev.2004 Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>> Acesso em: 15 de Novembro de 2009.

PAGANI, Marcos Fernando. *O Nacionalismo na Região Colonial*. Caxias do Sul, Maneco Livraria e Editora, 2005. 160p.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Pontos de Estudos Históricos**. RJ. Vol 05, no 10.p.200-212 1992. Disponível em:< <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf> >. Acesso em: 05 de Janeiro de 2009

_____. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**, vol.2 n.3.1989 Disponível em:< <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf> >. Acesso em: 05 de Janeiro de 2009

Revista do Sindicato das Ind. Metalúrgicas. Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul. Revista Comemorativa dos 70 anos, Dezembro de 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues da, "Rememoração"/Comemoração: as utilizações sociais da memória.*Revista Brasileira de História*. São Paulo,v l22,no. 44.2002. Disponível em:< www.scielo.br/scielo.phd/script;sci>. Acesso em: 20 de maio de 2008.

VARGAS, Indio Brum. *Guerra e Guerra, diz o Torturador*. Rio de Janeiro, Editora Codrecri Ltda, 1981.186p.

VARGAS, Pepe [1995?]. *O Movimento Operário Caxiense Breve Histórico*. S/E. Cópia. Caxias do Sul. S/D

ANEXOS

ANEXO A- Lei que criou o SNI (17)

Lei Nº 4.341, DE 13 DE JUNHO DE 1964

Cria o Serviço Nacional de Informações

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.

Art. 3º Ao Serviço Nacional de Informações incumbe especialmente:

a) assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais;

b) estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contra-informação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais;

c) proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral desse Conselho;

d) promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.

Art. 4º O Serviço Nacional de Informações compreende uma chefia (Chefe do Serviço e Gabinete), uma Agência Central no Distrito Federal e Agências Regionais.

(17)Disponível em : <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128650/lei-4341-64>. Acesso em : 20 de Junho de 2008

§ 1º Fica incorporada ao SNI, como Agência Regional com sede no Rio de Janeiro (Guanabara), o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) que atualmente integra a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

§ 2º O Serviço Nacional de Informações está isento de quaisquer prescrições que determinem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamentos e efetivos.

Art. 5º O Chefe do SNI, civil ou militar, da confiança do Presidente da República, terá sua nomeação sujeita à aprovação prévia do Senado Federal.

§ 1º As funções de Chefe do SNI não podem ser desempenhadas cumulativamente com as de qualquer outro cargo.

§ 2º Ao Chefe do SNI são devidas as honras e prerrogativas de Ministro de Estado.

§ 3º O Chefe do SNI perceberá vencimentos iguais ao fixado para os Chefes de Gabinete da Presidência da República.

Art. 6º O pessoal civil e militar necessário ao funcionamento do SNI será proveniente dos Ministérios e outros órgãos dependentes do Poder Executivo, mediante requisição direta do Chefe do Serviço.

§ 1º Além desses servidores requisitados, poderá ser admitido pessoal na forma do artigo 23 da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960.

§ 2º O Chefe do SNI poderá promover a colaboração, gratuita ou gratificada, de civis ou militares, servidores públicos ou não, em condições de participar de atividades específicas.

Art. 7º Os serviços prestados ao SNI pelo pessoal civil ou militar constituem serviços relevantes e título de merecimento a ser considerado em todos os atos da vida funcional.

§ 1º Enquanto exercerem funções no SNI, os civis são considerados, para todos os efeitos legais, em efetivo exercício nos respectivos cargos.

§ 2º Os militares em serviço no SNI são considerados em comissão militar.

§ 3º Os civis e militares em serviço no SNI farão jus a uma gratificação especial fixada, anualmente, pelo Presidente da República.

Art. 8º No decurso do ano de 1964, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional terá a seu cargo apoiar, financeiramente e em recursos materiais, o funcionamento da Agência Regional do SNI com sede no Rio de Janeiro.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para a instalação do SNI e seu funcionamento em 1964.

Art. 10. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO Branco

Milton Campos

Ernesto de Mello Baptista

Arthur da Costa e Silva

Vasco da Cunha

Octávio Gouveia de Bulhões

Juarez Távora'

Oscar Thompson Filho

Flávio de Lacerda

Arnaldo Sussekind

Nelson Lavenère Wanderley

Raymundo de Brito

Daniel Faraco

Mauro Thibau

Roberto de Oliveira Campos

ANEXO B: ATO INSTITUCIONAL Nº 1 (18)

À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas

(18)Disponível em http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm. Acessado em 20 de Junho de 2008.

Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte.

ATO INSTITUCIONAL

Art 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em 31 (trinta e um) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de 2 (dois) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Se não for obtido o quorum na primeira votação, outra realizar-se-á no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2º - Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades.

Art 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo único - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo máximo de 10 (dez) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em 30 (trinta) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art 5º - Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

Art 6º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

Art 7º - Ficam suspensas, por 6 (seis) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de

servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Art 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, será realizada em 3 de outubro de 1965.

Art 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.

Art 11 - O presente Ato vigora desde a sua data até 31 de janeiro de 1966; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

ARTHUR DA COSTA E SILVA Gen.-Ex.

FRANCISCO DE ASSIS CORREIA DE MELLO Ten.-Brig.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD Vice-Alm.

ANEXO C- ATO INSTITUCIONAL NÚMERO CINCO (19)

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL , ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Resolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores, da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

(19)Disponível em http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm, acessado em 20 de junho de 2009.

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL

Art 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de freqüentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado,

§ 1º - o ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, mamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art 8º - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do art. 152 da Constituição.

Art 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas